



MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 24, 03, 09

Alexandre

Maria de Fátima Ferreira de Carvalho
Mat. Siapc 751683

CC02/C06
Fls. 208

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SEXTA CÂMARA

Processo nº 11516.002071/2007-38
Recurso nº 146.720 Voluntário
Matéria COOPERATIVA DE TRABALHO
Acórdão nº 206-01.245
Sessão de 03 de setembro de 2008
Recorrente PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
Recorrida SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/12/1995 a 30/10/2004

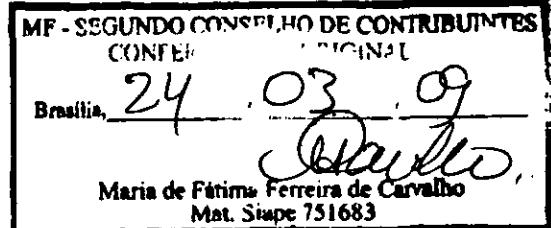
PREVIDENCIÁRIO - CUSTEIO - ÓRGÃO PÚBLICO -
RECURSO INTEMPESTIVO.

É de 30 dias, contados a partir da ciência da DN, o prazo para
apresentação de recurso.

A apresentação de recurso ao CRPS fora do prazo legal constitui
razão para não conhecimento do recurso pelo CRPS.

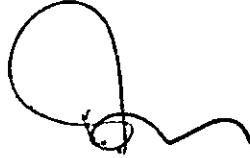
Recurso Voluntário Não Conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

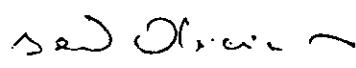


CC02/C06
Fls. 209

ACORDAM os membros da SEXTA CAMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso.


ELIAS SAMPAIO FREIRE

Presidente


BERNADETE DE OLIVEIRA BARROS

Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira, Rogério de Lellis Pinto, Marcelo Freitas de Souza Costa (suplente convocado), Ana Maria Bandeira, Cleusa Vieira de Souza e Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira.

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
CONFERÊNCIA OFICIAL

24.03.09

Brasília

Maria de Fátima Oliveira de Carvalho
Mat. Siape 751683

CC02/C06
Fls. 210

Relatório

Trata-se de recurso interposto contra a Decisão-Notificação que julgou procedente o débito lançado contra o município acima identificado.

Conforme Relatório Fiscal, fls. 87/89, crédito previdenciário lançado por intermédio da NFLD se refere à contribuições devidas à Seguridade Social, à cargo da empresa e correspondentes a 15% sobre o valor total das notas fiscais emitidas pelas cooperativas de trabalho.

Segundo consta, a prefeitura municipal foi contratante de cooperativas para prestação de diversos serviços e deixou de efetuar o recolhimento da contribuição devida incidente sobre as notas fiscais de serviços.

A recorrente impugnou o débito via peça de fls. 93 a 107 e a Secretaria da Receita Previdenciária, por meio da Decisão-Notificação 20.401.4/0364/2006 (fls. 114 a 120), julgou o lançamento procedente.

Inconformada com a decisão, a notificada apresentou recurso ao CRPS (fls. 124 a 138) repetindo basicamente as alegações já apresentadas na impugnação.

Insiste no entendimento de que a contribuição que está sendo imputada à municipalidade não se enquadra em qualquer das hipóteses previstas no art. 195 da Constituição Federal estando, portanto, eivada do vício da constitucionalidade.

Reafirma que a NFLD está eivada de vícios, eis que confusa e incompatível com as normas legais e que os relatórios de lançamento e os Discriminativos Analíticos de Débito são obscuros e não condizem com os relatórios da NFLD anexados.

Assevera que não se pode crer que os parcelamentos foram considerados pela autoridade notificante e sustenta que a NFLD deve ser retificada tendo em vista a ausência de menção aos parcelamentos realizados.

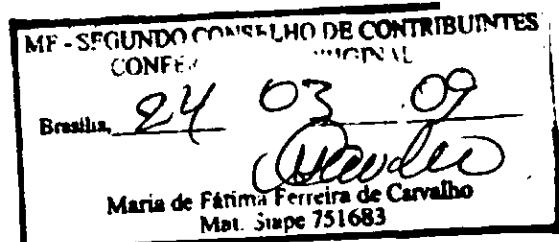
Insiste na necessidade de abertura de prazo para apresentar defesa de mérito em relação aos valores lançados e na realização de perícia e ressalta que não há, na notificação, exatidão acerca das alíquotas aplicadas no DAD e Relatórios de Lançamento, o que deverá ser esclarecido pro perito, nomeado em tempo hábil.

É o Relatório.

Voto

Conselheira BERNADETE DE OLIVEIRA BARROS, Relatora

Da análise dos autos, constata-se que o presente recurso é intempestivo.



Conforme disposto no § 1º, do art. 305, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048/99, é de trinta dias o prazo para a interposição de recurso, contado da data da ciência da decisão.

A recorrente tomou ciência da Decisão-Notificação em 13/04/07, sexta-feira, conforme AR de fl. 122. O prazo começou a ser contado na segunda-feira, dia 16/04/2007, primeiro dia útil após a científicação, e terminou 30 (trinta) dias após, ou seja, no dia 15/05/2007. No entanto, o recurso foi apresentado apenas no dia 17/05/2007, conforme protocolo à fl. 124.

Portanto, intempestivo é o recurso, constituindo razão para o seu não conhecimento, conforme art. 5º, do Decreto 70.235/72, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal:

"art. 5º Os prazos serão continuos, excluindo-se na sua contagem o dia do inicio e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos só se iniciam ou vencem no dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou deva ser praticado o ato."

Nesse sentido e considerando que não foi cumprido requisito de admissibilidade do recurso, já que a recorrente o apresentou fora do prazo previsto no Decreto 3.048/99.

Voto por NÃO CONHECER do recurso.

É como voto.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 2008

sen. Ana ~
BERNADETE DE OLIVEIRA BARROS